



Conselho Federal de Administração
Conselho Regional de Administração – CE
(Autarquia Profissional criada pela Lei 4.769/65)

PREGÃO N.º 05/2013 –PRESENCIAL

Procedimento Administrativo n.º 009/2013

O Conselho Regional de Administração do Ceará- CRA-Ce realizará licitação, na modalidade de PREGÃO, na sua forma presencial, do tipo "MENOR PREÇO" por lote, visando à AQUISIÇÃO DE 01(UM) VEÍCULO SEDAN, ZERO KM, lote 01(um) e AQUISIÇÃO DE 01(UM) VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA, LOTE 02(dois) conforme especificações do ANEXO I deste Edital, o certame será regido pela Lei 10.520/02, pelos Decretos 5.450/05, pela Lei Complementar 123/06, Lei 8.248/91 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos. do Ceará-CRA-CE, será realizada licitação na modalidade PREGÃO, na forma presencial,

A presente licitação reger-se-á por este edital e seus anexos, partes do Processo nº 005/2013, em consonância com a Lei nº 10.520, de 17/07/02, regulamentada pelo Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, e também pela Lei Complementar Nº 123 de 14/02/2006, regulamentada pelo Decreto n.º 6204 de 05/09/2007. Subsidiariamente, pela Lei 8.666, de 21/06/93, além das demais legislações pertinentes.

1. LOCAIS E DATAS

1.1 Os envelopes contendo a documentação serão recebidos somente na Sede do CRA-CE, localizada na Rua Dona Leopoldina, 935, CEP 60.110-001- Bairro Centro-Fortaleza/CE.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ:

Data: 29 de novembro de 2013

HORA: 09h

Local: Somente na Sede do CRA-CE, conforme endereço acima descrito.

1.2 A sessão pública para a abertura de envelopes e processamento da licitação ocorrerá na sede do Conselho Regional de Administração do Estado do Ceará.

ABERTURA DA LICITAÇÃO:

Data: 29/11/2013

HORA: 09h

Local: Sede do CRA-CE, conforme endereço acima descrito.

1.3 Não havendo expediente, por qualquer razão na data estabelecida no preâmbulo, a sessão inaugural ficará automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário.

2. OBJETO

2.1 O objeto desta licitação é a seleção de propostas de preços que tenha por objetivo o fornecimento remunerado de DE 01(UM) VEÍCULO SEDAN, ZERO KM, lote 01(um) e de 01(UM) VEÍCULO MOTOCICLETA, LOTE 02(dois), conforme Anexo I, que é parte integrante deste edital.

3. DOS PREÇOS ESTIMADOS E FORMA DE PAGAMENTO



Conselho Federal de Administração Conselho Regional de Administração – CE

(Autarquia Profissional criada pela Lei 4.769/65)

3.1 Para fins de estimativa por lote de valores a serem pagos pela Contratante, utiliza-se como referência o valor médio do LOTE 01(UM) R\$ 50.061,67(cinquenta mil, sessenta e um reais e sessenta e sete centavos) e para o LOTE 2(DOIS) é de R\$ 8.197,00(oito mil, cento e noventa e sete reais), obtidos através da média estimada referente aos valores dos veículos conforme preços de revendedoras.

3.2 O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, contados do Recebimento Definitivo, conforme o item 4.1, mediante pagamento em carteira em nome da Contratada.

4. DO RECEBIMENTO DEFINITIVO E GARANTIA DO OBJETO

4.1 O Recebimento Definitivo do objeto dar-se-á após o prazo de 02 (dois) dias úteis da data da entrega, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo, firmado pelo servidor responsável (ver Anexo VIII–Termo de Recebimento Definitivo).

4.2 Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Segurança Pública, do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.

4.3 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

4.4 Na hipótese do subitem 4.3 o prazo do Recebimento Definitivo e, conseqüentemente, do pagamento serão prorrogados.

4.5 Para a contratação resultante desta Licitação será exigida a prestação de garantia total de, no mínimo, 01 (um) ano sobre o veículo objeto desta.

5. DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Os recursos para a realização deste projeto são próprios e correrão pela rubrica-41.20.03.

6.DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

6.1 Poderão participar da presente licitação os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação.

6.2 Não poderão participar deste pregão os interessados que se encontrem em processo de falência, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação; que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Conselho Regional de Administração do Estado do Ceará; que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública; bem como as licitantes que se apresentem constituídas na forma de empresas em consórcio.

7. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

7.1 Os proponentes deverão apresentar toda sua documentação pessoalmente, por intermédio de seu representante legal ou procurador devidamente credenciado, ou



Conselho Federal de Administração Conselho Regional de Administração – CE

(Autarquia Profissional criada pela Lei 4.769/65)

enviá-las para o Conselho Regional de Administração do Estado do Ceará, respeitada a data e horário limite para o seu recebimento.

7.2 Os documentos deverão ser apresentados em original, ou cópia autenticada por Cartório competente ou pelo Pregoeiro, ou ainda por publicação em Órgão Oficial.

7.3 A falta na entrega da documentação no dia, hora e local estabelecidos, implicará desistência da participação no certame.

7.4 Os documentos necessários à participação na presente licitação deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

7.5 Quaisquer documentos, necessários à participação no presente certame, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

7.6 O CNPJ indicado nos documentos deverá ser o mesmo da empresa que efetivamente vai fornecer os bens objeto da presente licitação.

7.7 Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fax símile, mesmo autenticados, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos ou gráficos apenas como forma de ilustração do objeto da proposta de preços.

7.8 Cada licitante deverá apresentar 03 (três) conjuntos de documentos: Declarações preliminares, de Proposta de Preço e de Habilitação.

7.9 A documentação deverá ser apresentada em envelopes distintos, opacos, lacrados e endereçados à Comissão de Licitações, conforme segue:

Envelope das Declarações Preliminares:

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ-CE
À COMISSÃO DE LICITAÇÕES PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2013 PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01(UM) VEÍCULO SEDAN ZERO QUILOMETROS, LOTE 01(UM), AQUISIÇÃO DE 01(UM) VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA ZERO QUILOMETROS, LOTE 02(DOIS)

Título: “DECLARAÇÕES PRELIMINARES”

PROPONENTE (RAZÃO SOCIAL):

DATA LIMITE PARA CADASTRAMENTO: 29/11/2013

Envelope dos Documentos de Habilitação:

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ-CE
À COMISSÃO DE LICITAÇÕES PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2013 PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01(UM) VEÍCULO SEDAN ZERO QUILOMETROS, LOTE 01(UM), AQUISIÇÃO DE 01(UM) VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA ZERO QUILOMETROS, LOTE 02(DOIS)

Título: “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

PROPONENTE (RAZÃO SOCIAL):

DATA DA ENTREGA/E ABERTURA: 29/11/2013

Envelope da Proposta de Preços:

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ-CE
À COMISSÃO DE LICITAÇÕES PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2013 PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01(UM) VEÍCULO SEDAN ZERO QUILOMETROS, LOTE 01(UM), AQUISIÇÃO DE 01(UM) VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA ZERO QUILOMETROS, LOTE 02(DOIS)



Conselho Federal de Administração Conselho Regional de Administração – CE

(Autarquia Profissional criada pela Lei 4.769/65)

Título: “PROPOSTA DE PREÇOS”
PROPONENTE (RAZÃO SOCIAL):
DATA DA ENTREGA: 29/11/2013

8. DAS DECLARAÇÕES PRELIMINARES

8.1 O envelope “Declarações Preliminares” deverá conter:

8.1.1 Declaração de que o objeto ofertado atende todas as especificações descritas neste edital e de que atende todos os requisitos de habilitação, conforme modelo do ANEXO II.

8.1.2 Declaração de estar enquadrada, se for o caso, na definição de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, conforme o artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, conforme modelo do ANEXO VI.

8.2 A não apresentação da declaração de que trata o item 8.1.1 implicará em exclusão da licitante do presente certame, mediante sua desclassificação.

8.2.1 O equívoco pelo qual a licitante deixou de apresentar a declaração poderá ser sanado junto ao pregoeiro desde que a mesma tenha credenciado representante para participar da sessão e este declare em nome da empresa quando arguido da omissão, precluindo o direito de fazê-lo caso não esteja presente, não haja representante credenciado ou omita-se novamente.

8.3 A omissão em apresentar a declaração de que trata o item 8.1.2 implicará na presunção de qualificar a licitante como não enquadrada nas definições de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, precluindo o direito de apresentá-la quando encerrada a fase de credenciamento.

9. DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1 O envelope “Proposta de Preços” deverá apresentar planilha com preço por lote a ser contratado, conforme ANEXO III.

9.2 A proposta deverá ser apresentada em uma via, em língua oficial do Brasil salvo, quanto a expressões técnicas de uso corrente, em papel timbrado da licitante ou identificada com o carimbo padronizado do CNPJ e endereço completo, podendo ser editorada por computador, sem ressalvas, emendas ou rasuras, acréscimos ou entrelinhas, com as folhas rubricadas e a última assinada pelo representante legal;

9.3 Deverão ser computados todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o fornecimento dos materiais constante da proposta, abrangendo, assim, todos os custos necessários à execução do objeto e a manutenção destas condições durante a vigência do contrato. A omissão de qualquer despesa necessária ao fornecimento dos materiais será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo a licitante pleitear acréscimos após a abertura das propostas.

9.4 O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias correntes a contar da data de apresentação dos envelopes. Caso este prazo não esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será considerado de 60 (sessenta) dias correntes.

9.5 Deverá ser apresentada apenas uma proposta.

9.6 A licitante somente poderá retirar sua proposta, mediante requerimento escrito à Comissão, antes da abertura do respectivo envelope, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.



Conselho Federal de Administração **Conselho Regional de Administração – CE**

(Autarquia Profissional criada pela Lei 4.769/65)

9.7 Ocorrendo discrepância entre o valor expresso em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos, devendo o pregoeiro proceder às correções necessárias.

9.8 O prazo de garantia do objeto desta, consoante disposto no item 4.5.

9.9 Deverá ser indicado no ANEXO III desde edital a marca e modelos do referido objeto da licitação.

9.10 A proposta deve conter, ainda, o prazo de entrega do veículo que deverá ser de, no máximo, 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do contrato.

10. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 O envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos abaixo relacionados, em uma única via, sem rasuras, emendas ou ressalvas.

10.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.2.1 Registro comercial, no caso de Empresário;

10.2.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedades comerciais, acompanhado de documentos referentes à eleição dos administra

dores da sociedade, no caso de sociedades por ações;

10.2.3 Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

10.2.4 Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

10.3 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

10.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

10.3.2 Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com Efeito Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em plena validade;

10.3.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

10.3.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

10.3.5 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

10.3.6 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

10.3.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII- A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.4.1 Certidão ou declaração expedida pela Corregedoria ou por órgão correspondente do Estado ou do Distrito Federal ou pelo Fórum da Comarca, onde está sediada a empresa, na qual conste(m) qual(is) Distribuidor(es) de pedidos de falência e concordata ou recuperação judicial.

10.4.1.1 As licitantes domiciliadas no Estado do Ceará estão dispensadas da certidão do item 10.4.1.

10.4.2 Certidão(ões) Negativa(s) de Pedido de Falência ou Concordata ou Recuperação Judicial, expedida(s) até 60 (sessenta) dias antes da data limite para apresentação dos envelopes, passada(s) pelo(s) Cartório(s) Distribuidor (es) da Comarca de seu domicílio ou que constar(em) da certidão ou declaração referida no item 10.4.1, conforme o caso.

10.4.3 Declaração firmando cumprimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da CF (Emprego de menor). Conforme modelo do ANEXO IV deste edital.



Conselho Federal de Administração **Conselho Regional de Administração – CE**

(Autarquia Profissional criada pela Lei 4.769/65)

10.4.4 Declaração, conforme Anexo IX, de Compromisso e Idoneidade, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.5 Todas as certidões apresentadas devem estar nos seus respectivos prazos de validade, sob pena de inabilitação do licitante.

11. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

11.1 Os documentos (originais ou cópias) especificados nesta seção deverão ser apresentados em fase de credenciamento, após abertura da seção pública e somente serão aceitos até que seja declarada encerrada esta fase pelo pregoeiro.

11.1.1 No caso da apresentação de cópias, as mesmas deverão ser autenticadas por tabelião, pelo pregoeiro, ou por servidor integrante da Equipe de Apoio à vista do original.

11.2 A licitante poderá apresentar para o credenciamento junto ao Pregoeiro, um representante devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório.

11.2.1 Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

11.3 Por credenciamento entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:

11.3.1 Documento oficial de identidade;

11.3.2 CONTRATO SOCIAL ou documento análogo e sua última alteração;

11.3.2.1 No caso do representante ser sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da licitante, a investidura em tais cargos, bem como o poder para exercer e assumir obrigações em nome da licitante deverá estar expresso no CONTRATO SOCIAL;

11.3.3 PROCURAÇÃO com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da licitante, na forma da lei, outorgada por seu representante legal, para outro que não seja o representante legal da licitante, conforme ANEXO X.

11.4 A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento impedirá à participação da licitante na fase de lances e apresentação recursos e outros atos da sessão pública, ficando limitada sua participação à classificação de sua proposta escrita, conforme as regras do presente pregoeiro.

11.5 Os representantes não credenciados das licitantes poderão assistir à sessão pública na qualidade de cidadãos comuns.

11.6 O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado mediante justificativa devidamente instruída de documentos como atestados médicos ou declaração de impedimento por força maior.

11.7 Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

12. DA SESSÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1 No dia, hora e local designado neste Edital, o pregoeiro declarará aberta a sessão pública e, na presença dos representantes das licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, procederá ao que se segue:

12.2 Iniciará pela fase de credenciamento de representantes;

12.2.1 Será feita a conferência do credenciamento dos representantes legais, mediante confronto do instrumento de credenciamento, Contrato Social ou Documento constitutivo da licitante e documento de identificação do representante.



Conselho Federal de Administração Conselho Regional de Administração – CE

(Autarquia Profissional criada pela Lei 4.769/65)

12.2.2 Será declarado, após consulta aos presentes, não havendo ninguém que declare intenção de credenciar representante, o encerramento da fase de credenciamento;

12.2.3 O encerramento da fase de credenciamento fará precluir o direito de sanar falhas nas declarações preliminares bem como de desistência do certame, após o que não será admitida a retirada das propostas.

12.3 Após a fase de credenciamento, o Pregoeiro realizará a verificação das Declarações Preliminares, observando:

12.3.1 Procederá a abertura do envelope número 1, contendo as “Declarações Preliminares”, sendo elas: declaração do licitante dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e atende ao edital e declaração de enquadramento na qualificação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, se for o caso;

12.4 Após, o pregoeiro passará a verificar, para todas as licitantes, a conformidade das propostas com as exigências constantes deste Edital, bem como a classificação das mesmas para a fase de lances.

12.4.1 Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes.

12.4.2 Será desclassificada também, a proposta que contiver desconto ou prestação de serviços condicionada a prazos, descontos ou vantagens, de qualquer natureza, não previstos neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

12.5 O pregoeiro fará ordenação das propostas, pela ordem crescente dos preços por lote, conforme modelo da proposta de preço do ANEXO III, classificará a de menor por lote e, subsequentemente, aquelas de valor superiores em até 10% (dez por cento) da de menor preço, conforme disposto no inciso VI do artigo 11 do Decreto no 3.555/00.

12.5.1 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, por se apresentarem em absoluta igualdade de condições, o pregoeiro realizará sorteio em ato público para definir a classificação das propostas;

12.5.2 Quando não forem verificadas no mínimo 03 (três) propostas nas condições definidas no subitem 12.5, o pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo de 03 (três), conforme disposto no inciso VII do artigo 11 do Decreto no 3.555/00.

12.6 Após a verificação de todas as propostas e classificação das mesmas, iniciará a fase de lances.

12.6.1 Às licitantes classificadas para fase de lances, será dada oportunidade de nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, a partir da classificada de maior preço, reordenadas a cada nova rodada de lances.

12.6.2 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais, podendo emitir seu último preço ofertado, para efeito de ordenação de propostas, de acordo com o inciso X do artigo 11 do Decreto 3.555/00.

12.6.3 Encerrada a etapa de lances, não sendo a licitante vencedora uma microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, será dada às Microempresas ou empresas de Pequeno Porte, por ordem de sua classificação final, que alcançarem preço ofertado até 5% maior que o da então vencedora, a oportunidade de oferecerem lance vencedor, conforme os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

12.7 Após definida a proposta vencedora do certame, será verificada a conformidade entre a sua oferta e o valor estimado para a contratação;

12.8 Sendo aceitável a oferta, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante, para confirmação das suas condições habilitatórias.

12.9 Caso a licitante apresente documentação de habilitação incompleta ou incorreta,



Conselho Federal de Administração
Conselho Regional de Administração – CE
(Autarquia Profissional criada pela Lei 4.769/65)

será declarada inabilitada.

12.9.1 Sendo a licitante vencedora uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e inabilitada exclusivamente devido a alguma irregularidade fiscal, receberá prazo de dois dias úteis, prorrogáveis por mais dois, para apresentar comprovação de sua regularização, conforme artigo 43 da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

12.10 Constatado o atendimento pleno das exigências do Edital, será declarada a licitante vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

12.11 Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

12.11.1 Não sendo a licitante subsequente uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, será aplicado no que couber o item 12.6.3, para exercício do direito de preferência da Lei Complementar nº 123.

12.12 Caso não haja mais de uma licitante classificada, a oferta de menor preço não seja aceitável ou as ofertas de menor preço sejam inabilitadas, o pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante que estiver na ordem de preferência para obter melhores condições para a Administração.

12.13 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser, obrigatoriamente, assinada pelo pregoeiro e pela Equipe de Apoio, e facultativamente pelos representantes das licitantes presentes, nos termos do artigo 21, inciso XI do Decreto 3.555/00.

12.14 Quando todas as propostas forem desclassificadas, o pregoeiro fixará aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas da desclassificação.

13. DA CONTRATAÇÃO

13.1 As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por termo de contrato celebrado entre o Conselho Regional de Administração do Estado do Ceará e as Licitantes vencedoras que observará os termos da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, os termos deste Edital e das demais normas pertinentes, cuja minuta, no ANEXO VII, foi submetida a exame prévio e aprovação da Assessoria Jurídica do Conselho.

13.2 A licitante vencedora será convocada para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, celebrar o termo de Contrato, do qual farão parte integrante o edital, seus anexos, a proposta e demais documentos apresentados por esta.

13.3 Se a licitante vencedora recusar-se, injustificadamente, a assinar o termo de contrato no prazo estabelecido, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades previstas no item 16.1, deste Edital, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cabíveis.

13.4 Incumbirá à Contratante providenciar, à sua conta, a publicação do extrato do Contrato no D.O.U., até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, com indicação da modalidade de licitação e de seu número de referência. O mesmo procedimento será adotado em relação aos possíveis termos aditivos.

13.5 O Contrato resultante da presente licitação só terá validade depois de aprovados Pela Assessoria Jurídica do Conselho Regional de Administração do Estado do Ceará e eficácia depois de publicados, por extrato, no Diário Oficial Da União.

14. DA VIGÊNCIA



Conselho Federal de Administração Conselho Regional de Administração – CE

(Autarquia Profissional criada pela Lei 4.769/65)

14.1 O prazo de vigência do Contrato será o mesmo da garantia do objeto licitado, a partir da assinatura do contrato, que é parte permanente deste edital.

15. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

15.1 Incumbe à Contratante:

15.1.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto do contrato, por meio de representante designado conforme disposto no subitem 4.1, deste Edital;

15.1.2 Efetuar o pagamento à Contratada conforme o contrato;

15.1.3 Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

15.1.4 Acompanhar a CONTRATADA quanto à manutenção dos requisitos de habilitação durante toda a vigência do contrato, tomando as medidas de rescisão e penalização para o caso da CONTRATADA desatender tais requisitos;

15.2 Incumbe à CONTRATADA:

15.2.1 Entregar o objeto de acordo com a especificação disposta no Anexo I, deste Edital;

15.2.2 Manter todas as condições de habilitação do processo licitatório até o final do contrato.

15.2.3 Apresentar garantia total para o objeto contratado de, no mínimo, 01 (um) ano.

16. DA RESCISÃO DO CONTRATO

16.1 O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital, por parte da licitante vencedora, assegurará ao CRA/CE o direito de rescindir este certame, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo das penalidades dispostas no item 17, deste Edital.

16.2 O Certame poderá ser rescindido, ainda, sem prejuízo do disposto no Art. 78, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

16.2.1 Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração do CRA/CE, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do objeto licitado;

II. a entrega do objeto fora das especificações deste Edital;

III. a subcontratação total do objeto deste Edital caracterizando mera intermediação, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

V. a decretação de falência;

VI. a dissolução da empresa;

VII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

VIII. as razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere este certame.

IX. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impositivos da execução do Contrato.

16.2.2 Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no Processo da Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;



Conselho Federal de Administração Conselho Regional de Administração – CE

(Autarquia Profissional criada pela Lei 4.769/65)

16.2.3 Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

16.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

17. DAS PENALIDADES

17.1 A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Conselho Regional de Administração do Estado do Ceará, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o próprio Conselho, que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

17.2 A Contratada ficará sujeita, ainda, à penalidade de multa de 2% (dois por cento) do valor total do contrato por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, aplicada em dobro no caso de reincidência.

17.3 No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

17.4 Se o valor da multa não for pago, será cobrado administrativamente, podendo, ainda, ser inscrito como Dívida Ativa da União e cobrado judicialmente.

17.5 O valor da multa aplicada deverá ser recolhido por meio de Documento de Arrecadação Boleto bancário solicitado na sede da Contratante e pagos na rede bancária.

17.6 A sanção prevista no subitem 17.2 deste edital, poderá ser aplicada juntamente com a do subitem 17.1.

17.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento de licitar e contratar com o Conselho Regional de Administração do Estado do Ceará, o licitante será descredenciado por igual período, sem prejuízo da multa prevista no subitem 17.2 deste edital e das demais cominações legais.

18. DOS RECURSOS

18.1 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolizando o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, no endereço sede do Conselho Regional de Administração do Estado do Ceará, cabendo ao pregoeiro decidir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas sobre a matéria guerreada.

18.1.1 Caso seja acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

18.2 Ao final da sessão de julgamento das propostas, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, com registro em ata da síntese das suas razões, no que lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, na qual poderá juntar memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

18.2.1 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante, na sessão, importará a decadência do direito de recurso.

18.2.2 O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

18.2.3 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



Conselho Federal de Administração Conselho Regional de Administração – CE

(Autarquia Profissional criada pela Lei 4.769/65)

18.2.4 A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzida a termo em ata.

18.2.5 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Presidente do Conselho Regional de Administração do Estado do Ceará, homologará a adjudicação para determinar a contratação.

18.3 Dos atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei no 8.666/93, caberá:

18.3.1 Recurso, interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, a ser protocolizado no endereço do Conselho Regional de Administração do Estado do Ceará, no local de entrega das propostas, nos casos de:

I. Anulação ou revogação da licitação;

II. Rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do artigo 79 da Lei no 8.666/93;

III. Aplicação das penas previstas nos subitens 17.1 e 17.2, deste edital;

18.3.2 Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

18.3.3 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informado àquela autoridade. Neste

caso, a decisão deverá ser proferida dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade (§ 4o do artigo 109 da Lei no 8.666/93).

18.3.4 A intimação dos atos referidos no subitem 18.3.1, excluindo-se as penas de multa, será feita mediante publicação no Diário Oficial da União.

18.4 Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

19.1.1 Os envelopes lacrados de habilitação das licitantes que não forem vencedoras poderão ser retirados a partir de 30 (trinta) dias a contar da sessão pública, sendo destruídos pelo Conselho Regional de Administração do Estado do Ceará caso não sejam requisitados após 60 dias da mesma sessão;

19.2 A apresentação de proposta implicará na plena aceitação por parte da licitante das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

19.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia de início e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente no Conselho Regional de Administração do Estado do Ceará.

19.4 O Presidente do Conselho Regional de Administração do Estado do Ceará poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

19.5 É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

19.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.



Conselho Federal de Administração Conselho Regional de Administração – CE

(Autarquia Profissional criada pela Lei 4.769/65)

19.7 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.

19.8 A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

19.9 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.10 Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital, serão competentes o juízo da Justiça Federal do Ceará.

19.11 Cópia do edital e seus anexos serão fornecidos, gratuitamente, nos horários de 09h00min às 12h00min e de 14h00min às 18h00min, na sede do CRA/CE.

19.12 Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do Conselho Regional de Administração e do Estado do Ceará.

19.13 As Licitantes vencedoras terão prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da sessão pública, para apresentar a proposta refeita, com os valores corrigidos, conforme o lance final.

Fortaleza (CE), 14 de novembro de 2013.

JOSÉ PAULO FARIAS PINTO
Pregoeiro



Conselho Federal de Administração
Conselho Regional de Administração – CE
(Autarquia Profissional criada pela Lei 4.769/65)

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2013

CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE 01(UM) VEÍCULO SEDAN ZERO QUILOMETROS, LOTE 01(UM), AQUISIÇÃO DE 01(UM) VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA ZERO QUILOMETROS, LOTE 02(DOIS) PARA USO DO CRA/CE

01. Fundamentação

Em cumprimento a Lei Nº. 10.520/02 é elaborado o presente Termo de Referência para contratação de empresa especializada no fornecimento de 01(UM) VEÍCULO SEDAN ZERO QUILOMETROS, LOTE 01(UM), AQUISIÇÃO DE 01(UM) VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA ZERO QUILOMETROS, LOTE 02(DOIS) para o CRA-CE

02. Objetos

Contratação de Empresas especializadas no fornecimento de 01(UM) VEÍCULO SEDAN ZERO QUILOMETROS, LOTE 01(UM), AQUISIÇÃO DE 01(UM) VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA ZERO QUILOMETROS, LOTE 02(DOIS) para o CRA-CE.

03. Justificativa

O CRA-CE é órgão de Fiscalização, Registro e Educação Continuada dos profissionais de Administração, conforme Decreto-Lei nº .4.769/65. A aquisição de um veículo sedan para uso do Conselho Regional de Administração do Estado do Ceará-CRA/CE, tem como objetivo renovar a frota e viabilizar as ações de fiscalização e registro e dinamizar as realizações de cursos, palestras, eventos e treinamentos no interior do Estado do Ceará, como atividades precípuas do Órgão.

04. Objetivos Específicos

- 4.1. Viabilizar o desenvolvimento de diversas ações que envolvem os profissionais de administração para execução dos procedimentos fiscais;
- 4.2. Possibilitar a execução de atividades de fiscalização, através do uso dos veículos, em particular ao Departamento de Fiscalização deste Órgão;
- 4.3. Viabilizar o desenvolvimento de diversas ações que envolvem os profissionais de Administração para execução de palestras, cursos, eventos, treinamentos e educação continuada no interior do estado.

05. Área Interessada

Departamentos Internos do CRA/CE, em especial a Coordenadoria de Fiscalização.

06. Descrição Detalhada dos Bens

- 6.1. Conforme requerimento apresentado pelo setor requerente o edital de licitação Tem por objeto a aquisição de 01(um) veículo sedan zero km, lote um e um 01(um) veículo tipo motocicleta zero km, lote dois;

:



Conselho Federal de Administração Conselho Regional de Administração – CE

(Autarquia Profissional criada pela Lei 4.769/65)

6.1.1. Especificações técnicas e características
(mínimas):

Lote 01(um)

6.1.1.1–01(um) Veículo sedan:

VEÍCULO ZERO KM, TIPO ,
MODELO 2014, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: -
MOTOR: A PARTIR DE 1,6, BICOMBUSTIVEL(ÁLCOOL E GASOLINA);
INJEÇÃO ELETRÔNICA DE COMBUSTIVEL;
POTÊNCIA MÍNIMA DE 108CV;
CÂMBIO MECÂNICO COM 05(CINCO) VELOCIDADES PARA FRENTE E 01(UMA) À
RÉ;
ACIONAMENTO DE ABERTURA DE PORTAS À DISTÂNCIA,
TRAVA ELÉTRICA, VIDRO ELÉTRICO NAS QUATROS PORTAS;
ALARME ANTI-FURTO; BOLSAS DE AR INFLÁVEIS (AIR BAG) PARA MOTORISTA
E PASSAGEIRO, NO MÍNIMO 2(DOIS);
DISTRIBUIÇÃO ELETRONICA DE FRENAGEM;
SISTEMA DE FREIOS ANTI-BLOCANTE (ABS) NAS 4(QUATRO) RODAS;
AR CONDICIONADO INTEGRADO FRIO/QUENTE LIVRE DE CFC;
VOLANTE COM REGULAGEM DE ALTURA;
PORTA MALAS COM NO MÍNIMO DE 450 LITROS;
RÁDIO AM/FM COM MP3 DE FÁBRICA;
VEÍCULO COR BRANCA;
GARANTIA MÍNIMA DE 3(TRÊS) ANOS.

Lote 02(dois)

6.1.1.2–01(um) Veículo tipo motocicleta:
MOTOCICLETA MODELO STREET ZERO KM,
MODELO 2014, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS:
MOTOR 4 TEMPOS OHC,
MONOCÍLINDRICO, ARREFECIDO A AR;
COM CILINDRADA MÍNIMA DE 149,2CM³; BICOMBUSTÍVEL(ETANOL E
GASOLINA);
SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO POR INJEÇÃO ELETRÔNICA;
POTÊNCIA MÁXIMA(MÍNIMA) DE 12CV A7500RPM;
SISTEMA DE PARTIDA ELETRICO; TRANSMIÇÃO MÍNIMA DE 5(CINCO)
VELOCIDADES;
CAPACIDADE DO TANQUE NÃO INFERIOR A 14 LITROS;
FREIO DIANTEIRO A DISCO E FREIO TRASEIRO A TAMBOR;
TORQUE MÁXIMO(MÍNIMO) 1,08KGF.M/5500RPM;
COR BRANCA.

6.1.2. Demais Características dos Objetos

• Equipados com os demais itens e acessórios de segurança exigidos pela Legislação de Trânsito Brasileiro.



Conselho Federal de Administração Conselho Regional de Administração – CE

(Autarquia Profissional criada pela Lei 4.769/65)

- Equipados com os demais itens de estética e segurança originais de fábrica e pertinentes ao modelo ofertado.
- Os veículos deverão ser entregues devidamente transferidos

7. Do Prazo

O prazo de entrega de cada veículo deverá ser de, no máximo, 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do contrato.

08. Da Dotação Orçamentária

As despesas com a aquisição dos veículos correrão a conta das dotações orçamentárias próprias deste CRA-CE, conforme rubrica própria.

09. Do Pagamento

9.1. O pagamento ao contratado será em parcela única, liquidada conforme a entrega dos veículos zero Km.

9.2. As notas fiscais e a faturas devem ser apresentadas no CRA-CE no ato da entrega do bem. As notas fiscais e a fatura devem ser atestadas por funcionário deste CRA-CE designado.

9.3. Considera-se como adimplemento da obrigação contratual a entrega dos bens, bem como qualquer outro evento contratual, cuja ocorrência esteja vinculada à emissão de documento de cobrança (art. 40, § 3º, da lei 8.666/93).

9.4. O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto contratado, mediante pagamento em carteira em nome da Contratada ou por fatura bancária.

9.5. A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o ATESTO a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura corrigida.

9.6. O pagamento fica condicionado à prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, a Previdência Social, junto ao FGTS e a Justiça do Trabalho (CNDT).

9.7. A cada pagamento será verificada a retenção na fonte ou solidária de impostos e contribuições sociais, conforme as Legislações pertinentes ao ramo de atividade, que devem vir expressas na Nota Fiscal.



Conselho Federal de Administração
Conselho Regional de Administração – CE
(Autarquia Profissional criada pela Lei 4.769/65)

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE O(S) OBJETO(S) OFERTADOS ATENDEM AS ESPECIFICAÇÕES E A LICITANTE ATENDE AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/22013 PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2013

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório– PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2013 Conselho Regional de Administração do Estado do Ceará– CRA/CE, que o objeto ofertado por esta Empresa (que subscreve abaixo) atende todas as especificações descritas neste Edital; que os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou-se conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade para o fornecimento do objeto, dando-se concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão, sem restrições de qualquer natureza e de que, se vencedor desta Licitação, executará o objeto, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste Certame Licitatório e; que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 10 do Edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 2013

Carimbo e Assinatura do Representante Legal



Conselho Federal de Administração
Conselho Regional de Administração – CE
(Autarquia Profissional criada pela Lei 4.769/65)

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 009/2013 PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2013

(emitida em papel timbrado)

Nome da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Apresentamos nossa proposta para o fornecimento dos produtos, sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2013, pelo menor preço por lote.

Declaramos que, se vencedora, forneceremos o bem pelo preço orçado, com valor devidamente detalhado em conformidade com as especificações constantes no ANEXO I do Edital do PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2013, e como segue:

OBJETO

LOTE 01

01:QUANTIDADE DE VEÍCULOS: 01(UM) VEÍCULO SEDAN ZERO KM VALOR UNITÁRIO: R\$ _____ (_____) VALOR LOTE: R\$ _____ (_____)

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: ____ (_____) dias corridos. (especificar quantos dias, sendo no mínimo 60 dias).

PRAZO DE ENTREGA: ____ (_____) dias corridos da assinatura do Contrato (especificar quantos dias, sendo no máximo 60 dias).

PRAZO DE PAGAMENTO: ____ (_____) dias úteis do Recebimento Definitivo (especificar quantos dias, sendo no mínimo 05 dias úteis).

GARANTIA: ____ (_____) anos (especificar quantos anos, sendo no mínimo 01 ano).

(Razão Social)

(Nome do Representante Legal ou Procurador Credenciado)

(n.º. do RG do signatário)



Conselho Federal de Administração
Conselho Regional de Administração – CE
(Autarquia Profissional criada pela Lei 4.769/65)

LOTE 02

01:QUANTIDADE DE VEÍCULOS: 01(UM) VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA ZERO KM
VALOR UNITÁRIO: R\$ _____ (_____) VALOR LOTE: R\$
_____ (_____)

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: ____ (_____) dias corridos. (especificar
quantos dias, sendo no mínimo 60 dias).

PRAZO DE ENTREGA: ____ (_____) dias corridos da assinatura do Contrato
(especificar quantos dias, sendo no máximo 60 dias).

PRAZO DE PAGAMENTO: ____ (_____) dias úteis do Recebimento Definitivo
(especificar quantos dias, sendo no mínimo 05 dias úteis).

GARANTIA: ____ (_____) anos (especificar quantos anos, sendo no mínimo 01 ano).

(Razão Social)

(Nome do Representante Legal ou Procurador Credenciado)

(nº. do RG do signatário)



Conselho Federal de Administração
Conselho Regional de Administração – CE

(Autarquia Profissional criada pela Lei 4.769/65)

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO
XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PROCESSO LICITATÓRIO
Nº009/2013 PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2013**

A empresa..... inscrita no CNPJ n., por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) portador (a) da Carteira de Identidade n. CPF n. DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () sim () não.

_____, em ____ de _____ 2013

Representante Legal da Empresa

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



Conselho Federal de Administração
Conselho Regional de Administração – CE

(Autarquia Profissional criada pela Lei 4.769/65)

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE
IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº009/2013 PREGÃO
PRESENCIAL Nº 05/2013**

A Empresa _____,
CNPJ N. _____, sediada _____ (endereço
completo) _____, declara, sob as penas da lei,
que há fato superveniente, impeditivo de sua habilitação para o presente processo
licitatório, sendo este _____ (...).

_____, _____ de _____ de 2013

Representante Legal da Empresa

(OBS.: Esta declaração obriga somente a empresa que tiver conhecimento de algum
fato impeditivo, sob as penas da lei. Caso não haja nenhum impedimento não é
exigida esta declaração)



Conselho Federal de Administração
Conselho Regional de Administração – CE

(Autarquia Profissional criada pela Lei 4.769/65)

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO
PORTE PROCESSO LICITATÓRIO Nº009/2013 PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2013**

A empresa _____ (NOME DA
EMPRESA), CNPJ N. _____, sediada
_____ (endereço completo), declara, sob as penas da lei, com base
no artigo 3º da Lei Complementar nº123 de 14/12/2006, que está enquadrada na
definição de _____ (Microempresa/ Empresa de Pequeno Porte) .

_____, _____ de _____ de 2013.
Representante Legal da Empresa



Conselho Federal de Administração
Conselho Regional de Administração – CE

(Autarquia Profissional criada pela Lei 4.769/65)

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº009/2013 PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2013

O CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ–CRA/CE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.529.215/0001-79, com sede na Rua Dona Leopoldina, 935, nesta Capital, neste ato representado pela Presidente do CRA/CE, ILAILSON SILVEIRA DE ARAÚJO, portador do CPF nº _____, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, neste ato representada por seu representante legal, Sr. _____, portador da CI.RG nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, denominada simplesmente CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores e do PROCESSO LICITATÓRIO Nº005/2013 PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2013, resolvem contratar o objeto do presente, pelas condições que seguem: Cláusula 1ª

-

DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

1.1

O DE 01(UM) VEÍCULO SEDAN, ZERO KM, lote 01(um) e de 01(UM) VEÍCULO MOTOCICLETA, LOTE 02(dois), conforme Anexo I, conforme o detalhamento do ANEXO I do edital da Licitação que o antecedeu, bem como a proposta vencedora apresentada. 1.2 O objeto deste contrato deverá ser entregue em até 60 (sessenta) dias corridos, contados da assinatura do presente contrato.

1.3. A entrega será realizada na sede do CRA-CE, localizada na Rua Dona Leopoldina, 935, CEP 60.110-001- Bairro Centro–Fortaleza/CE, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento. A entrega realizada de forma ou em lugar diverso do aqui estabelecido ficará sujeita ao não pagamento.

1.4 O Recebimento Definitivo do objeto dar-se-á após o prazo de 02 (dois) dias úteis da data da entrega, uma vez verificado o atendimento integral das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo, firmado pelo servidor responsável.

1.5 Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Segurança Pública, do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.

1.6 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;



Conselho Federal de Administração Conselho Regional de Administração – CE

(Autarquia Profissional criada pela Lei 4.769/65)

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

Cláusula 2ª-DO PREÇO

2.1 O valor global a ser pago pela Contratante será de R\$ _____.

Cláusula 3ª-DOS REAJUSTES

3.1 O preço permanecerá fixo e irrevogável até o final do Contrato.

Cláusula 4ª-DOS PAGAMENTOS

4.1 O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto contratado, mediante pagamento em carteira em nome da Contratada.

4.2 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas do processo licitatório que precedeu este contrato e no seu próprio instrumento, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

4.3 A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o ATESTO a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura corrigida.

4.4 O pagamento fica condicionado à prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, a Previdência Social e junto ao FGTS.

4.5 Quando do pagamento será verificada a retenção na fonte ou solidária de impostos e contribuições sociais, conforme as Legislações pertinentes ao ramo de atividade, que devem vir expressas na Nota Fiscal.

Cláusula 5ª- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 Os recursos para a realização deste projeto são próprios e correrão pela rubrica 41.20.03.

Cláusula 6ª-DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1 A CONTRATADA responsabilizar-se-á:

6.1.1 Entregar o objeto de acordo com a especificação disposta na Cláusula Primeira;

6.1.2 Manter todas as condições de habilitação do processo licitatório até o final do contrato.

6.1.3 Apresentar garantia total para o objeto contratado, estipulada na proposta do Pregão Presencial nº05/2013, de ___ (____) anos.

Cláusula 7ª-DAS PENALIDADES

7.1 Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratada poderá, garantida a defesa prévia, sofrer as seguintes sanções contratuais:

7.1.1 Advertência;

7.1.2 Multa de 2% sobre o valor do Contrato;

7.1.3 Suspensão do direito de licitar junto ao Conselho Regional de Administração do Estado do Ceará por até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos



Conselho Federal de Administração Conselho Regional de Administração – CE

(Autarquia Profissional criada pela Lei 4.769/65)

determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos resultantes. A punição poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

7.1.4 Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

7.1.5 Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a Contratada, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

Cláusula 8ª-DA RESCISÃO

8.1 O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, por parte da Contratada, assegurará ao CRA/CE o direito de rescindir este contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração.

8.2 O presente instrumento poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

8.2.1 Unilateralmente, a critério exclusivo do CRA/CE, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega dos itens licitados;
- II. a entrega dos itens fora das especificações constantes no Objeto deste Contrato;
- III. a subcontratação total do objeto deste Contrato caracterizando a mera intermediação, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem com o a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, assim como as de seus superiores;
- V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- VII. a dissolução da empresa;
- VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- IX. as razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a contratada e exaradas no processo administrativo a que se refere este instrumento.
- X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impositivos da execução do Contrato.

8.2.2 Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

8.2.3 Judicialmente, nos termos da legislação vigente.



Conselho Federal de Administração Conselho Regional de Administração – CE

(Autarquia Profissional criada pela Lei 4.769/65)

8.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

Cláusula 9ª-DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 A CONTRATANTE ficará obrigada a:

9.1.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto do contrato, por meio de representante designado;

9.1.2 Efetuar o pagamento à Contratada conforme o contrato;

9.1.3 Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

9.1.4 Acompanhar a CONTRATADA quanto à manutenção dos requisitos de habilitação durante toda a vigência do contrato, tomando as medidas de rescisão e penalização para o caso da CONTRATADA desatender tais requisitos;

Cláusula 10ª-DA RESPONSABILIDADE CIVIL

10.1 A CONTRATADA assumirá total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao Patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento da obrigação.

10.2 A CONTRATANTE ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a CONTRATADA e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

Cláusula 11ª-DA VIGÊNCIA

11.1 O prazo de vigência do presente Contrato será de _____, o mesmo da garantia do objeto licitado, iniciando-se a partir da assinatura deste contrato.

Cláusula 12ª-DO FORO

12.1 Elegem, as partes contratantes, a Justiça Federal de Fortaleza (CE), para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados, a tudo presentes.

Fortaleza

(CE), xx de xxxxxxxxxxx de 2013

.

Presidente do CRA/CE

Representante da Contratada

Testemunha: Nome:

RG e CPF

Testemunha : Nome:

RG e CPF



Conselho Federal de Administração
Conselho Regional de Administração – CE
(Autarquia Profissional criada pela Lei 4.769/65)

ANEXO VIII
MODELO DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 009/2013
PREGÃO PRESENCIAL N. 005/2013

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

A _____ (razão social da empresa), CNPJ nº. _____, conforme a nota fiscal nº. _____ de ____/____/_____, e após passados ____ (_____) dias úteis, cumpriu todos os requisitos de especificação e de entrega do objeto, estabelecidos em Edital e Anexos do certame licitatório do Conselho Regional de Administração do Estado do Ceará-CRA-CE, Pregão Presencial nº 005/2013.

Fortaleza
(CE), ____ de _____ de 2013

.

Nome: _____

(Responsável pelo Patrimônio)
R.G. (do signatário)



Conselho Federal de Administração
Conselho Regional de Administração – CE
(Autarquia Profissional criada pela Lei 4.769/65)

ANEXO IX
PROCESSO LICITATÓRIO N. 009/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.005/2013

MODELO DA DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO E IDONEIDADE

Declaração de Compromisso e Idoneidade

A _____ (razão social), inscrita no CNPJ/MF nº. _____, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, declara sob as penalidades da lei, para fins de participação no Pregão Presencial nº 05/2013 que:

- os documentos que compõem o edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações;
- não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal; e inexistem fatos impeditivos à sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, ____ de _____ de 2013.

Representante Legal
(nome/cargo/assinatura)



Conselho Federal de Administração
Conselho Regional de Administração – CE
(Autarquia Profissional criada pela Lei 4.769/65)